



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG Nº 015/2023.

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023

(Processo Administrativo nº 7.045/2023)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço do item, considerando os itens individualizado e menor preço do lote, considerando o agrupamento de alguns itens em lotes**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 10/08/2023

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro formal de preços para futura e eventual locação de estruturas como: palco/palanque, grades de segurança, barricadas, fechamentos, painel de led, treliças, gerador, sonorização, iluminação, pisos, barracas, octanorme, house mix e tendas e pessoal a fim de atender a todos os projetos e eventos do município de São Gonçalo – RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item, considerando os itens individualizado e menor preço do lote, considerando o agrupamento de alguns itens em lotes**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Governo.

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual defluiu em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.



4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor total do item expresso em moeda corrente do país;

7.1.2. Valor total da proposta por extenso;

7.1.3. Deverá ser encaminhada quando solicitado, Planilha de Composição de preços constando os itens especificados no Termo de Referência, contendo as informações de: modelo, marca e demais informações pertinentes a cada item.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, considerando os itens individualizado e valor unitário do lote, considerando o agrupamento de alguns itens em lotes, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



- 8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item, considerando os itens individualizado e menor preço do lote, considerando o agrupamento de alguns itens em lotes**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;

8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha



estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta. A proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24 (vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, VI)

9.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5. Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone (21) 2199-6382. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6. Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone (21) 2199-6382 ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.5. Habilitação jurídica:

10.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.5.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;

10.5.3.1. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;

10.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;

10.5.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.5.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.



10.5.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva;

10.5.7.1. Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

10.6. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.6.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.6.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;

10.6.6.1. Caso o licitante seja considerado isento de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.6.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.6.9. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.

10.6.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



10.6.11. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação do licitante.

10.7. **Qualificação Econômico-Financeira.**

10.7.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.7.1.1. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.7.1.2. As certidões descritas no subitem 10.7.1 que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.

10.7.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

10.7.2.1. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.

10.7.2.2. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.

10.7.2.3. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I art. 1078º do Código Civil.

10.7.2.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.7.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.7.2.6. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.

10.7.2.7. Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.7.2.8. Caso a licitante seja Cooperativa, deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no artigo 56, da Lei 8.666/93.

10.7.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:



$$LG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.7.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.8. Qualificação Técnica

10.8.1. Qualificação Técnico-Operacional

10.8.1.1. Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para prestação de serviço pertinente e compatível com objeto da licitação, através de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado no órgão competente.

10.8.1.2. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome e cargo do signatário.

10.8.1.3. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) por entidade de direito público ou privado, e neste último caso, conforme a comodidade da administração pública, esta poderá solicitar as devidas comprovações;

10.8.1.4. Serão aceitos na licitação tão somente atestados de capacitação técnica emitidos em nome da licitante. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de capacidade técnica tenha sido emitido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.

10.8.1.5. Para atendimento da Qualificação Técnica, poderão ser apresentados atestados de Capacidade Técnica que demonstrem a capacidade de toda entidade, quando esta for composta de matriz e filial(is), conforme Acórdão 366/2007 TCU.

10.8.1.6. Será permitido o somatório de atestados.

10.8.1.7. Serão avaliados os seguintes aspectos:



- a) A licitante ter prestado serviços em local aberto com grande público, a fim de comprovar realização de eventos de grande porte;
- b) Comprovação de a licitante ter realizado eventos simultâneos, sendo pelo menos um deles, de grande porte;
- c) Similaridade dos serviços prestados com os previstos para Contratação.

10.8.1.8. Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o Contratante poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela Licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

10.8.1.9. Registro da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), relacionada às atividades da licitante e compatível com o objeto da licitação, conforme Resolução nº 1010/2005 do CONFEA (Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia) relacionada às atividades da licitante (engenharia civil, elétrico/eletrônico e segurança do trabalho) para os lotes 1, 2, 3 e Item.

10.8.1.10. Declaração, sob as penas da Lei, de que, no momento da assinatura do contrato, irá dispor de instalações adequadas, equipamentos e equipe suficientes para execução do objeto licitado;

10.8.1.11. Comprovação de a licitante possuir Registro no Cadastro de Turismo do Ministério do Turismo (CADASTUR), relativa a infraestrutura para eventos, dentro de seu prazo de validade, conforme decreto 7.381/2010. Para os lotes 1, 2, 3 e Item;

10.8.2. Qualificação Técnico-Profissional

10.8.2.1. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro Civil, contendo certidão de registro profissional e detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa de direito público ou privado, acompanhada de CAT (Certidão de Acervo Técnico) e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) expedidos e registrados no CREA, demonstrando sua aptidão na área de engenharia civil, contendo certificação nas Normas Regulamentadoras 05, 06 e 35, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

10.8.2.2. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro Elétrico/Eletrônico, contendo certidão de registro profissional e detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa de direito público ou privado, acompanhada de CAT (Certidão de Acervo Técnico) expedidos e registrados no CREA, demonstrando sua aptidão na área de engenharia elétrica/eletrônica, contendo certificação na Norma Regulamentadora NR- 05, 06 e 10, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, que seu Responsável Técnico cursou e está apto a realizar os serviços sem colocar em risco a segurança própria e das pessoas envolvidas conforme exigências



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

regulamentares, nos termos da Portaria GM nº 598/2004, item 10.8.8 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

10.8.2.3. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro de Segurança do Trabalho, contendo certidão de registro profissional expedidos e registrados pelo CREA a fim de realizar os serviços de acompanhamento de montagem das estruturas, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;

10.8.2.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão estar vinculados à empresa licitante, na data prevista para assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

10.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.1. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



10.16. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.17. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.20. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contada solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irremovíveis.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16. DA DESCRIÇÃO, DO REGIME, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1. Estão previstos no Termo de Referência. (ANEXO I).

17. DO PAGAMENTO

17.1. O Regime de Execução do serviço objeto da presente contratação será de Empreitada por Preço Unitário.

17.2. A requisição para pagamento será apresentada pela Contratada, ao final de cada mês, de acordo com os serviços executados.

17.3. Somente após aprovação da fiscalização e devido atesto da Nota Fiscal das parcelas executadas, será autorizada a emissão do faturamento.

17.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, conforme art. 40º da Lei 8.666/93.

17.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



17.5. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar o recebimento definitivo do(s) serviço(s).

17.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Ordem de Serviço, comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.6.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao serviço, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.9. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



17.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

19.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência do Contrato objeto do presente processo é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, conforme art. 57º caput da Lei 8.666/93, adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário.

19.4.1. O Contrato poderá ser prorrogado, conforme art. 57º caput da Lei 8.666/93.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.



23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 23.1.1. Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.
- 23.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 23.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.5. Não manter a proposta;
- 23.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 23.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 23.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 23.4.2. Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta dalicitante;
- 23.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 23.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

23.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

23.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.



25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Av. Presidente Kennedy, nº 765, Estrela do Norte, SG, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II – Proposta Comercial;

ANEXO III – Planilha Orçamentária;

ANEXO IV – Ata de Registro de Preços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO V - Minuta de Contrato.

São Gonçalo, 28 de julho de 2023.

Fábio Vianna de Araújo
Matrícula. 128.334
Secretário Municipal de Governo



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente projeto é documento integrante do expediente deflagrado para instauração de procedimento licitatório na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOAL PARA ATENDER AOS PROJETOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.
- 1.2. A presente licitação tem como objetivo a LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS COMO: PALCO/PALANQUE, GRADES DE SEGURANÇA, BARRICADAS, FECHAMENTOS, PAINEL DE LED, TRELIÇAS, GERADOR, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PISOS, BARRACAS, OCTANORME, HOUSE MIX E TENDAS E PESSOAL. A FIM DE ATENDER A TODOS OS PROJETOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ pelo sistema de REGISTRO DE PREÇO, conforme as condições e Especificações constantes no Termo de Referência.
- 1.3. Este documento tem por finalidade, fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para contratação de fornecimento acima referido, bem como estabelecer as obrigações da(s) empresa(s) sobre a(s) qual(is) recairá a adjudicação do certame.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo através da Secretaria Municipal de Governo pretende realizar contratação de empresa para locação de infraestruturas, a fim de atender os projetos e eventos, em especial o Calendário de Eventos tradicionais desta Municipalidade.
- 2.2. Os eventos aos quais se tratam, são os seguintes: inaugurações, cerimoniais de interesse comunitário e/ou social; exposições, simpósios, conferências, reuniões, palestras e feiras, sejam elas: esportivas, culturais, educacionais, comunitárias e/ou sociais; projetos e eventos, em especial as festividades tradicionais do Município constantes no calendário oficial, ou eventos criados por leis específicas, tais como: Marcha para Jesus, Aniversário da Cidade, Carnaval (ano 2024), Natal, Réveillon, Festa do Padroeiro da Cidade, Dia do Trabalhador, Dia das Crianças, Dia do Funcionário Público, Festival de Bandas e Fanfarras, Parada LGBTI+, Dia da Independência, Dia da Consciência Negra, dia de Corpus Christi, Semana Santa, Festa Nossa Senhora da luz, Festa Presente de Iemanjá, Dia da Bíblia ou qualquer outro evento comemorativo em feriados Municipais, Estaduais e Federais;



- 2.3. Eventos promovidos ou apoiados pela Prefeitura de São Gonçalo, voltados para o incentivo da prática esportiva, cultural e da boa Saúde, para os idosos, e também para as crianças e adolescentes, eventos voltados para a preservação da Memória Nacional, eventos em parceria com outras entidades, tais como: Governo do Estado; Governo Federal; Tribunais de todas as alçadas; PMERJ; CBERJ; Arquidiocese; Câmara Municipal; Entidades Privadas; Associação de Moradores; Projetos Sociais; Fundações; ONGs; entre outros;

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

LOTE I			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT.
1	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branco, medindo 4,00X4,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	UND/DIA	160
2	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branca, medindo 6,00X6,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.	UND/DIA	100
3	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica em box de alumínio, coberto com armação em alumínio e lona branca uma água ou duas águas , medindo 8,00X6,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	UND/DIA	50
4	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 10,00X8,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.	UND/DIA	30
5	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e/ou ferro, medindo 14,00X10,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 14X10m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backstages anexas medindo 4,00X4,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix coberta com armação metálica e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em	UND/DIA	30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	carpete cinza e saia lateral em lycra preta.		
6	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e em box de alumínio, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 18,00X14,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 18X14m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backsstages anexas medindo 6,00X6,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix 2 anadres coberta com armação metálica piramidal e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	UND/DIA	15
7	PALCO/PALANQUE com piso em estrutura metálica e/ou ferro, montado em locais de alta complexidade semelhantes à escadaria frontal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, medindo 16,00X8,00 com 1,5m de altura do chão com piso de até 02 níveis, coberto com armação metálica e lona branca com 02 fechamentos laterais de 8,00X3,00m, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo em todo perímetro, 02 torres de PA de 2,00X1,00m, 06 torres de delay de 2,00X1,00m, 01 housemix medindo 3,00X3,00m com piso, coberta com armação metálica e lona branca com 03 fechamentos laterais de 3,00X2,50m, 02 fechamentos laterais de 3,00m e octonorm com 02 portas, 48m ² de piso palet nivelado, 02 torres para filmagem de 2,00X1,00 com até 1,50m de altura do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	UND/DIA	4
8	CAMARIM - Camarim em octanorm medindo 4x4, coberto com tenda piramidal 5x5, piso em chapa de compensado naval medindo 4x4, forrado em carpete cinza, mobiliário contendo: 1 sofá de 3 lugares em couro branco, 2 puffs, 1 frigobar, 1 mesa com tampo de vidro e 4 cadeiras com estofado branco e pés cromados, 1 ar condicionado tipo janela de 12.000btus, iluminação e pontos de energia.	UND/DIA	60
9	OCATNORME – m ² de painéis TS em formicas frente e verso com perfis de alumínio anodizado.	M2/ DIA	3000
10	HOUSE MIX medindo 4,00X4,00m com piso e cobertura em material tipo lona na cor branca.	UND/DIA	40
11	TORRE DE SEGURANÇA medindo 2,00X2,00m com cobertura em material tipo lona na cor branca.	UND/DIA	50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

12	TENDA PIRAMIDAL medindo 3X3m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável e m black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	300
13	TENDA PIRAMIDAL medindo 4X4m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável e m black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	300
14	TENDA PIRAMIDAL medindo 5X5m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável e m black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	200
15	TENDA PIRAMIDAL medindo 6X6m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável e m black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	100
16	TENDA PIRAMIDAL medindo 8X8m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável e m black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	80



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

17	TENDA PIRAMIDAL medindo 10X10m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	100
18	Fechamento lateral de 3x3m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	460
19	Fechamento lateral de 4x4m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	460
20	Fechamento lateral de 5x5m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	550
21	Fechamento lateral de 6x6m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	340
22	Fechamento lateral de 8x8m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	250
23	Fechamento lateral de 10x10m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	UND/DIA	250
24	Púlpito - em Inox, madeira ou Acrílico Cristal virgem, 8mm e 5mm, tampo com 70cm de largura, 107cm de altura.	UND/DIA	50
25	Arquibancada: Modular, contendo 05 degraus, com início do primeiro piso, começando do chão ou com altura de 1,20 metros do nível do chão, estrutura metálica tubular em ferro galvanizado com parede grossa, travamento em X, com corrimão e parapeito de no mínimo 1,10 metros de altura, escada de acesso, piso em compensado naval com chapa de 15mm de espessura, assentos com 50cm de largura em compensado naval de 15mm, montagem de acondo com capacidade dimensionada por platéia a razão de m ³ por pessoa.	M2/ DIA	500
26	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 2,50 de altura X 3,00m de largura, combases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento.	UND/DIA	100
27	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 5,00 de altura X 3,00 de largura, com bases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento.	UND/DIA	100
28	PÓRTICO: Estrutura de treliça em alumínio Q30, medindo 5,00largura x 1,00 x 2,50 altura para pórtico de largada /chegada, entrada/ saída para eventos, contendo cubos de	UND/DIA	30



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	interligação e conjunto de parafusos, porcas e arruelas.		
29	PÓDIO em madeira ou estrutura de metal, contendo 03 (três) colocações (de 1º ao 3º lugar), medindo 2,5m de comprimento X 1m de altura, para premiação	UND/DIA	30
30	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-30 (0,30X0,30) para montagens diversas, metro linear.	ML/Dia	1000
31	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-15 (0,15X0,15) para montagens diversas, metro linear	ML/Dia	700
32	PISO ESTRUTURADO, piso montado em estruturas tubulares de aço galvanizado e braçadeiras, forrados com tablados em módulos de 2,20X0,60, confeccionados em aço galvanizados e compensando naval (altura máxima do solo, 2,20m)	M²/DIA	3000
33	PRATÍCÁVEIS DE ALUMÍNIO, piso confeccionado em alumínio e forrado em compensado naval com módulos de 2,00X1,00m e pés de alumínio reguláveis com altura máxima de 1,40m.	M²/DIA	3000
34	PISO ELEVADO, em alumínio com chapas de madeira medindo 2,00X1,00m com chapa de compensado naval com perfeito alinhamento e nivelado.	M²/DIA	3000
35	PISO EASYFLOOR, Piso de 1,00 x 0,25m, com espessura de 3,5mm, encaixes tipo T reforçados com presilha, antiderrapante, proteção antifogo padrão UL, moldado em plástico Polipropileno de alta resistência e impacto e com encaixes intertravados.	M²/DIA	1600
36	CARPETE, para acabamento de piso, nas cores cinza ou preto	M²/DIA	4000
37	TECIDO EM MALHA COM ELASTANO, lycra, na cor preta, para acabamento e cobertura de estruturas para que não fiquem aparentes.	M²/DIA	1000
38	GRADE DE ISOLAMENTO em aço galvanizado com medidas aproximadas entre 1,00 e 1,50m de altura X 2,00m de comprimento e travas de encaixe que facilitam na montagem e desmontagem.	UND/DIA	14.000
39	BARRICADA em chapa de aço reforçadas de aproximadamente 1,00X1,00m.	UND/DIA	400
40	MESA quadrada para 04 lugares, em material plástico resistente, na cor branca, empilhável, estrutura em 100% polipropileno com tratamento anti-uv, monobloco com 4 pés, medindo 725mm de altura X 720mm de comprimento e 720mm de largura.	UND/DIA	500
41	CADEIRA em material plástico monobloco empilhável, estruturada 4 pés e sem braço. 100% em polipropileno virgem com tratamento anti-uv, com o encosto reforçado, capacidade para 120 à 140kg, medindo 890mm de altura X 510mm de comprimento e 430mm de largura, na cor	UND/DIA	4.000



	branca.		
--	---------	--	--

LOTE II			
42	Gerador 150 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização	UND/DIA	70
43	Gerador 250 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização	UND/DIA	70
LOTE III			
44	Som pequeno porte – Sonorização composta por: - 02 caixas de média alta c/ 1200w e sistema linearray. - 01 mesa analógica de 06 canais - 02 microfones com fio e pedestais - 01 duplo cd-player	UND/DIA	200
45	Som especial – Sonorização composta por: - 01 mesa de som digital de 48 canais c/ 16 auxiliares - 08 caixas de sub-grave c/2000w c/ 02 falantes de 18” cada - 08 caixas médias alta c/1200w e sistema linearray - 10 torres de delay c/ 02 caixas de 1200watts cada - 01 sistema de backline completo - 03 microfones s/fio UHF - 02 caixas de retorno de 800w no tripé para a missa - 06 caixas de retorno de 800w para as bandas - 01 mainpower para distribuição de energia - 01 sistema de transmissão s/ fio UHF p captar (incluindo montagem e desmontagem e operação).	UND/DIA	100



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

46	<p>Som médio porte – Sonorização composta por:</p> <ul style="list-style-type: none">- 01 mesa de som de 12 canais com 2 auxiliares- 02 caixas de sub grave- 02 caixas de média alta- 02 caixas de monitor- 01 case com 02 aparelhos de CD e 01 mixer- 06 pedestais- 06 microfones- 01 microfone s/ fio- 01 sistema de AC p/ distribuição de energia,- 01 backline para banda de pequeno porte até 06 componentes (incluindo montagem e desmontagem e operação).	UND/DIA	200
47	<p>Iluminação de pequeno porte - contendo: 08 lâmpadas par 64 foco 05, 02 mini brut de 02 lâmpadas, 02 movinghead 575 spot, 01 mesa digital de 12 canais, 01 main power para distribuição de energia (incluindo montagem e desmontagem e operação).</p>	UND/DIA	150
48	<p>Iluminação - contendo:</p> <ul style="list-style-type: none">- 36 refletores par 64 foco 05- 06 mini brut de 04 lâmpadas- 08 refletores elipsoidais- 24 par led de 3w- 04 strobos atomic-3000- 12 movinghead 575 spot- 06 movinghead 575 wash- 16 refletores ACL- 01 mesa digital de 60 canais- 02 canhões seguidores de 1200 w- 01 mainpower p distribuição de energia- 01 grid de Q-30 necessário para a montagem da iluminação- 01 máquina de fumaça c/ ventilador, cabos e conexões necessários. (incluindo montagem e desmontagem e operação).	UND/DIA	90
49	<p>Iluminação grande porte - 60 lâmpadas par 64 c/ foco 5 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 2 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 1 c/ 1000w cada, 3 racks digitais com 48 canais c/ capacidade de distribuição de 1500w p/ canal, 1 mesa digital com 40 canais, 2 máquinas de fumaça, 2 minis bruts (quadro composto de 4 lâmpadas 1000w p/ iluminar plateia), 10 set lights (iluminação especial p/ palco), 8 loco lights (lâmpadas de 1000w de foco fixo), gelatinas de diversas cores, e todo cabeamento necessário, (incluindo montagem e</p>	UND/DIA	90



	desmontagem e operação).		
ITEM			
50	Painel de Led – Telão de alta resolução (indoor) P5mm por metros, instalação e operação inclusa.	M ² /DIA	900
LOTE IV			
51	Segurança (não armada) - segurança para guarda de equipamentos, duração de 12h.	UND/DIA	1000
52	Apoio - disponibilização de pessoal para apoio na realização do evento, na função de controle de entrada e saídas de camarins, palcos, tendas. pelo período de 6h.	UND/DIA	1000
53	Profissional de limpeza - Disponibilização de profissional capacitado e uniformizado para a realização de serviços de limpeza com material. pelo período de 6h.	UND/DIA	300
54	Animação - Profissional devidamente qualificado para realizar todo o serviço correspondente a função de animação e entretenimento, pelo período de 6h	UND/DIA	100
55	DJ - Disponibilização de profissional qualificado para a realização de serviços independente do tamanho do evento. pelo período de 6h.	UND/DIA	100

3.1. A quantidade apresentada na tabela acima demonstra a estimativa de dias que, provavelmente, serão utilizados cada unidade, por item, no período de 12 (doze) meses, considerando as festividades citadas nos subitens 2.2 e 2.3, oriundos do Estudo Técnico Preliminar.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. Os serviços a serem contratados estão classificados como comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º caput, da Lei 10.520, de 2002, considerando que o padrão e o desempenho podem ser objetivamente definidos em edital, conforme as especificações usuais no mercado.

5. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇO

5.1. A presente contratação tem amparo nos incisos II e IV do art. 2º do Dec. Municipal 57/2009:



II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

6. JUSTIFICATIVA PARA NÃO EMISSÃO DE CONVITE

6.1. Não será emitido convite para formação da Ata de Registro de Preços, tendo em vista que esta contratação abrange todos os eventos do Município.

7. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1. Modalidade: Pregão Eletrônico

7.2. Critério de Julgamento: Menor Preço do item, considerando os itens individualizado e Menor Preço do Lote, considerando o agrupamento de alguns itens em lotes.

7.2.1. **Justifica-se o Critério de Julgamento devido alguns itens apresentarem similaridades, o que se faz necessário para que a Contratada execute perfeitamente o objeto e não venha a atrapalhar a realização dos eventos, facilitando, inclusive a fiscalização, enquanto outros possuem características que não influenciam que mais de uma contratada execute o objeto simultaneamente.**

7.2.2. **Para tanto, a centralização da responsabilidade de aluguel de determinados equipamentos similares, para cada evento, em apenas uma Contratada, é prerrogativa para que este corra de acordo com um Planejamento coerente.**

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja comprovadamente compatível com o objeto desta licitação, conforme documentação apresentada, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

8.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente do da licitante, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Termo de Referência, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.4.1. Habilitação jurídica

8.4.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de



Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 8.4.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento oficial comprobatório de identificação de seus sócios e administradores;
 - 8.4.1.3.1. Caso o participante seja sucursal, filial ou agência, deve ser apresentada inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde opera, com devida averbação também no Registro Público de Empresas Mercantis ou Junta Comercial onde tem sede a matriz;
 - 8.4.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação e documento comprobatório de identificação dos sócios e seus administradores;
 - 8.4.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 8.4.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro.
 - 8.4.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva;
 - 8.4.1.7.1. Caso a licitante tenha constituído(s) procurador(es) que venha(m) atuar no presente processo, deverá ser encaminhada a procuração, emitida e registrada na forma da lei, acompanhada de documento oficial comprobatório de identificação do(s) procurador(es).

8.4.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- 8.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 8.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 8.4.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 8.4.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 8.4.2.5. Prova de regularidade para com o Estado da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;
- 8.4.2.6. Prova de regularidade para com o Município da sua sede, através da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos e da Dívida Ativa;
- 8.4.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento de inscrição e/ou dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.4.2.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.2.9. Todos os documentos constantes nos subitens acima deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo do Edital para envio da proposta.
- 8.4.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para que receba o tratamento diferenciado previsto na legislação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.4.2.11. A não apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ocasionará a imediata inabilitação do licitante.
- 8.4.3. Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.4.3.1. Certidão negativa de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.4.3.1.1. A licitante que tenha sede onde na Comarca já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência(s) ou recuperação(ões) judicial(is) deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.
- 8.4.3.1.2. As certidões descritas no subitem 5.4.3.1 que não possuam prazo de validade expresso deverão ter sido expedidas há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta.
- 8.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- 8.4.3.2.1. Não serão aceitos documentos contábeis com indicação de CNPJ ou NIRE diferentes do da licitante.
- 8.4.3.2.2. É vedada a sua substituição por Balancetes ou Balanços provisórios.



- 8.4.3.2.3. O prazo de vigência das Demonstrações Contábeis, e consequente aceitação destas, será considerado conforme previsto no inciso I art. 1078º do Código Civil.
- 8.4.3.2.4. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a apresentação de Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 8.4.3.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.4.3.2.6. É admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato Social/Estatuto Social.
- 8.4.3.2.7. Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.4.3.2.8. Caso a licitante seja Cooperativa, deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no artigo 56, da Lei 8.666/93.
- 8.4.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), em que se encontre resultados superiores a 1 (um), conforme aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

Ativo Total

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

Ativo Circulante



LC =

Passivo Circulante

8.4.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

9.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em Consórcio, por tratar o presente de prestação de Registro de Preços, para o qual está prevista contratação eventual e futura. Ainda, por se tratar de serviço que, devido a natureza simples, é exequível para única empresa de forma isolada.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor total do item expresso em moeda corrente do país;

10.1.2. Valor total da proposta por extenso;

10.1.3. Deverá ser encaminhada quando solicitado, Planilha de Composição de reços constando os itens especificados neste Termo de Referência, contendo as informações de: modelo, marca e demais informações pertinentes a cada item.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato



cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

11. VISITA /VISTORIA TÉCNICA

11.1. Caso a empresa licitante optar por realizar visita técnica a fim de conhecer todos os fatores que possam influir, direta ou indiretamente nos custos de execução, será emitido o respectivo atestado de visita validado pela Secretaria Municipal de Governo, de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto.

11.1.1. O Atestado de Visita será emitido pelo Secretário de Governo ou algum servidor sob sua ordem.

11.1.2. Para visita o Responsável da empresa licitante, deverá estar munido de Carta de Credenciamento.

11.2. Caso a empresa licitante opte pela não realização da visita técnica, deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições da prestação dos serviços, em atendimento à Súmula TCE/RJ nº 01/2018.

11.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, nos dias úteis, das 10h às 16h.

11.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua delegação para a realização da vistoria.

11.5. A não realização da vistoria, que é facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Qualificação Técnico-Operacional

12.1.1 Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para prestação de serviço pertinente e compatível com objeto da licitação, através de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado registrado no órgão competente.

12.1.2O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome e cargo do signatário.



- 12.1.3 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) por entidade de direito público ou privado, e neste último caso, conforme a comodidade da administração pública, esta poderá solicitar as devidas comprovações;
- 12.1.4 Serão aceitos na licitação tão somente atestados de capacitação técnica emitidos em nome da licitante. Caso tenha havido alteração na razão social e o atestado de incapacidade técnica tenha sido emitido com o nome anterior da empresa, esta deverá anexar à documentação cópia da respectiva alteração contratual, devidamente autenticada pela Junta Comercial.
- 12.1.5 Para atendimento da Qualificação Técnica, poderão ser apresentados atestados de Capacidade Técnica que demonstrem a capacidade de toda entidade, quando esta for composta de matriz e filial(is), conforme Acórdão 366/2007 TCU.
- 12.1.6 Será permitido o somatório de atestados.
- 12.1.7 Serão avaliados os seguintes aspectos:
- a) A licitante ter prestado serviços em local aberto com grande público, a fim de comprovar realização de eventos de grande porte;
 - b) Comprovação de a licitante ter realizado eventos simultâneos, sendo pelo menos um deles, de grande porte;
 - c) Similaridade dos serviços prestados com os previstos para Contratação.
- 12.1.8 Conforme previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, o Contratante poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a veracidade do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) pela Licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no(s) atestado(s) foi(ram) realizado(s). Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.
- 12.1.9 Registro da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), relacionada às atividades da licitante e compatível com o objeto da licitação, conforme Resolução nº 1010/2005 do CONFEA (Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia) relacionada às atividades da licitante (engenharia civil, elétrico/eletrônico e segurança do trabalho) para os lotes 1, 2, 3 e Item.
- 12.1.10 Declaração, sob as penas da Lei, de que, no momento da assinatura do contrato, irá dispor de instalações adequadas, equipamentos e equipe suficientes para execução do objeto licitado;
- 12.1.11 Comprovação de a licitante possuir Registro no Cadastro de Turismo do Ministério do Turismo (CADASTUR), relativa a infraestrutura para eventos, dentro de seu prazo de validade, conforme decreto 7.381/2010. Para os lotes 1, 2, 3 e Item;



12.2. Qualificação Técnico-Profissional

12.2.1. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro Civil, contendo certidão de registro profissional e detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa de direito público ou privado, acompanhada de CAT (Certidão de Acervo Técnico) e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) expedidos e registrados no CREA, demonstrando sua aptidão na área de engenharia civil, contendo certificação nas Normas Regulamentadoras 05, 06 e 35, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

12.2.2. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro Elétrico/Eletrônico, contendo certidão de registro profissional e detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa de direito público ou privado, acompanhada de CAT (Certidão de Acervo Técnico) expedidos e registrados no CREA, demonstrando sua aptidão na área de engenharia elétrica/eletrônica, contendo certificação na Norma Regulamentadora NR- 05, 06 e 10, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, que seu Responsável Técnico cursou e está apto a realizar os serviços sem colocar em risco a segurança própria e das pessoas envolvidas conforme exigências regulamentares, nos termos da Portaria GM nº 598/2004, item 10.8.8 do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

12.2.3. Prova de possuir, no momento da assinatura do contrato, profissional de nível superior Engenheiro de Segurança do Trabalho, contendo certidão de registro profissional expedidos e registrados pelo CREA a fim de realizar os serviços de acompanhamento de montagem das estruturas, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego;

12.2.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão estar vinculados à empresa licitante, na data prevista para assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

13. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. O prazo para o início dos serviços, que será considerada a entrega do Planejamento, será de 03 (três) dias úteis contados a partir da Ordem de Início, expedida pela Secretaria Municipal de Governo, mediante envio do Esboço.

13.2. A parcela dos serviços executada (evento realizado) será recebida provisoriamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta, no Contrato.

13.2.1. Serão avaliados os seguintes aspectos:

a) Chegada no local do evento no horário correto;



- b) Entrega e montagem de todos os itens descritos no Planejamento;
- c) Montagem correta, não ocorrendo nenhum acidente ou eminência de acidente;
- d) Bom funcionamento de todos os itens durante todo o evento;
- e) Desmontagem e retirada dos itens dentro do planejado;
- f) Conformidade dos demais aspectos determinantes para o bom andamento do evento.

13.3. A parcela dos serviços executada será recebida definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da execução total do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e atesto da(s) nota(s)/ fatura(s) pelo(s) fiscal(is) do contrato.

13.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como executada a parcela do serviço, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

13.6. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

13.7. Somente serão aceitas e enviadas para processo de pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Ordem de Serviço e devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização e que espelhem o exposto na referida Ordem de Serviço.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A Contratada compromete-se a que até a data prevista para assinatura do Contrato, apresentar a Planilha de Composição dos Preços propostos.

14.2. A Contratada compromete-se a dar total garantia quanto à qualidade do(s) serviço(s) executado(s);

14.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução;

14.4. Executar o objeto de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência;

14.5. Comunicar, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas que antecedam o evento, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

14.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

14.7. Apresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is) discriminando o(s) serviço(s) executado(s) e respectivo(s) preço(s), e acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada;



- 14.8. Deve manter, durante todo prazo de execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, o que será observado, quando dos pagamentos;
- 14.9. Obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto do presente Termo.
- 14.10. A CONTRATADA deverá fornecer o nome de dois representantes da empresa para sanar quaisquer problemas que venham a ocorrer durante o evento.

15. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 15.1. Enviar o esboço do evento dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência;
- 15.2. Providenciar o acesso da equipe da Contratada aos eventos;
- 15.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 15.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada, notificando a esta por meio formal;
- 15.5. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 15.6. Notificar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades encontradas no serviço.

16. DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A fiscalização da presente contratação será exercida por pelo menos 02 (dois) servidores públicos lotados nesta Secretaria Municipal de Governo, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo darão ciência à Administração;
- 16.2. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do produto inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

17. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

- 17.1. O Regime de Execução do serviço objeto da presente contratação será de **Empreitada por Preço Unitário**.
- 17.2. A requisição para pagamento será apresentada pela Contratada, **ao final de cada mês**, de acordo



com os serviços executados.

- 17.3.** Somente após aprovação da fiscalização e devido atesto da Nota Fiscal daS parcelaS executadaS, será autorizada a emissão do faturamento.
- 17.4.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, conforme art. 40º da Lei 8.666/93.
- 17.4.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimentoda Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.5.** Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar o recebimento definitivo do(s) serviço(s).
- 17.6.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Ordem de Serviço, comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.6.1.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de26 de abril de 2018.
- 17.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao serviço, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.8.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.9.** Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.10.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 17.11.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar



consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

17.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DA FORMA DE EXECUÇÃO

18.1. A Prefeitura Municipal de São Gonçalo, através da Secretaria Municipal de Governo, encaminhará a empresa contratada, ofício referente à execução dos serviços, contendo os materiais necessários, bem como, local de realização, no prazo de até 15 (quinze) dias da realização de cada evento.

18.2. Correrão por conta da Contratada, a montagem e desmontagem dos materiais solicitados, com 3 horas de antecedência de início de cada evento e todas as despesas referentes à entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.

19. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência da Ata do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados da publicação em Diário Oficial, conforme art. 12º caput do Decreto Federal 7.892/2013, e durante a sua vigência, os preços são fixos e irrevogáveis.



- 19.2.** O prazo de vigência do Contrato objeto do presente processo é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, conforme art. 57º caput da Lei 8.666/93, adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário.
- 19.3.** O Contrato poderá ser prorrogado, conforme art. 57º caput da Lei 8.666/93

20. DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1.** Conforme a previsão de adesão da ata de registro de preços no edital, impacta na elaboração das propostas e na disputa de lances pelas empresas interessadas no objetodeste Termo de Referência, por criar uma expectativa de direitos maior, com a possibilidade de contratações adicionais, diminuindo a possibilidade de licitação deserta; durante sua validade, a Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.
- 20.2.** A adesão à Ata de Registro de Preços será viabilizada mediante anuência do órgão gerenciador, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666 de 1993, e no Decreto nº 7.892 de 2013.
- 20.3.** Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 20.4.** As contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 20.5.** Aos órgãos não participantes que aderirem à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações originalmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 20.6.** A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação pela Contratada.
- 20.7.** A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta dos serviços pretendidos nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro de preços a preferência na contratação em igualdade de condições.

21. DO REAJUSTAMENTO

- 21.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses.



21.2. Após o período de 12 (doze) meses, e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Fica admitida a subcontratação desde que não seja para os aspectos principais do objeto. Devendo ainda a subcontratada demonstrar o atendimento a todas as condições de habilitação constantes neste Termo de referência.

22.2. A subcontratação não poderá trazer prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da contratada.

22.3. A subcontratação deverá ser autorizada por meio documentado pela Contratante.

22.4. Qualquer empresa subcontratada deverá ser previamente aceita pela Contratante, conforme pedido formal, e deverá indicar os motivos pelos quais se faz necessária, bem como conter a relação da parte que será Subcontratada.

22.5. A Subcontratada deverá comprovar todas as condições de habilitação e qualificação previstas para as licitantes, e mantê-la ao longo do contrato.

22.6. Qualquer subcontratação feita sem autorização da Contratante será nula e sem efeito, sendo passível de infração e culminações legais e contratuais cabíveis.

22.7. Em caso de Subcontratação a empresa Contratada permanecerá integral e exclusivamente a única responsável tanto em relação a Contratante, quanto diante de Terceiros.

22.8. Fica a Contratante autorizada a solicitar, e a Contratada obrigada a atender prontamente a solicitação de substituição da Subcontratada caso esta não atenda aos dispositivos do presente Termo de Referência, não podendo tal fato justificar eventuais erros no fornecimento.

23. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

23.1. A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração passível de sanção o licitante/ adjudicatário que

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.



- 24.2.** Nos casos acima ficará o licitante/ adjudicatário impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, e outros sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 24.3.** Nos casos omissos no subitem anterior e conforme discricionariedade da administração pública, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93:
- 24.4.** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:
- 24.4.1. Advertência escrita;
 - 24.4.2. Multa;
 - 24.4.3. Suspensão temporária;
 - 24.4.4. Declaração de inidoneidade;
- 24.5.** Advertência por escrito, quando a Contratada infringir obrigações ajustadas no Contrato e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à Contratada para sanar as irregularidades.
- 24.6.** Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:
- 24.6.1. A Comissão ou servidores especialmente designados serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pelo serviço a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 24.6.2. A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:
- 24.6.3. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;
 - 24.6.4. Por inexecução total ou parcial;
 - 24.6.5. No caso de atraso de até 1 (uma) hora, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação;
 - 24.6.6. No caso de atraso a partir de 1 (uma) hora, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por hora transcorrida de atraso.
- 24.7.** Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:
- 24.7.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor



do contrato, quando a Contratada, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

- 24.7.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a Contratada sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.
- 24.7.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.
- 24.7.4. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à Contratada, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 24.7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.
- 24.7.6. Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, no prazo estipulado na cláusula 24.7.4., será promovido o desconto do valor devido descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.
- 24.8. A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.
- 24.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.
- 24.10. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o Município De São Gonçalo, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.
- 24.11. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.
- 24.12. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou Contratada será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a



decisão ser publicada.

25. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da proposta do contrato; não haja prejuízo à execução do objetopactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

26.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame poderá ser cancelada de pleno direito no todo ou em parte, nas situações previstas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, e o disposto na própria Ata.

26.2. O registro será cancelado quando o adjudicatário:

26.2.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

26.2.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

26.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

26.2.4. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do Art. 87, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93.

26.3. O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

26.3.1. Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

27. DO FUNDAMENTO LEGAL

27.1. A contratação objeto deste Termo de Referência tem amparo legal nas Leis Federais 10.520/2002, 8.666/1993 Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Federais 7.892/2013, 10.024/2019, Decretos Municipais 57/2009, 93/2021, e demais legislações aplicáveis a este evento e nas demais prescrições legais aplicáveis ao assunto.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta)dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
LOTE I						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	160	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branco, medindo 4,00X4,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.			
2	100	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branca, medindo 6,00X6,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.			
3	50	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica em box de alumínio, coberto com armação em alumínio e lona branca uma água ou duas águas , medindo 8,00X6,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta			
4	30	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 10,00X8,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.			
5	30	UND/DIA	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e/ou ferro, medindo 14,00X10,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 14X10m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backsstages anexas medindo 4,00X4,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix coberta com armação metálica e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.			
6	15	UND/DIA	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e em box de alumínio, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 18,00X14,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 18X14m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backsstages anexas medindo 6,00X6,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix 2 anadres coberta com armação metálica piramidal e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

7	4	UND/DIA	PALCO/PALANQUE com piso em estrutura metálica e/ou ferro, montado em locais de alta complexidade semelhantes à escadaria frontal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, medindo 16,00X8,00 com 1,5m de altura do chão com piso de até 02 níveis, coberto com armação metálica e lona branca com 02 fechamentos laterais de 8,00X3,00m, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo em todo perímetro, 02 torres de PA de 2,00X1,00m, 06 torres de delay de 2,00X1,00m, 01 housemix medindo 3,00X3,00m com piso, coberta com armação metálica e lona branca com 03 fechamentos laterais de 3,00X2,50m, 02 fechamentos laterais de 3,00m e octonorm com 02 portas, 48m ² de piso palet nivelado, 02 torres para filmagem de 2,00X1,00 com até 1,50m de altura do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.			
8	60	UND/DIA	CAMARIM - Camarim em octonorm medindo 4x4, coberto com tenda piramidal 5x5, piso em chapa de compensado naval medindo 4x4, forrado em carpete cinza, mobiliário contendo: 1 sofá de 3 lugares em couro branco, 2 puffs, 1 frigobar, 1 mesa com tampo de vidro e 4 cadeiras com estofado branco e pés cromados, 1 ar condicionado tipo janela de 12.000btus, iluminação e pontos de energia.			
9	3.000	M2/DIA	OCATNORME - m ² de painéis TS em formicas frente e verso com perfis de			
10	40	UND/DIA	HOUSE MIX medindo 4,00X4,00m com piso e cobertura em material tipo lona na cor branca.			
11	50	UND/DIA	TORRE DE SEGURANÇA medindo 2,00X2,00m com cobertura em material tipo lona na cor branca			
12	300	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 3X3m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
13	300	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 4X4m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
14	200	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 5X5m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.			
15	100	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 6X6m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

16	80	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 8X8m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixadosao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada PVC na cor branca com reforço em poliésterimpermeável c m black-out solar de alta resistência esoldas eletrostáticas.			
17	100	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 10X10m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixadosao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
18	460	UND/DIA	Fechamento lateral de 3x3m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.			
19	460	UND/DIA	Fechamento lateral de 4x4m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.			
20	550	UND/DIA	Fechamento lateral de 5x5m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
21	340	UND/DIA	Fechamento lateral de 6x6m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-outsolar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
22	250	UND/DIA	Fechamento lateral de 8x8m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
23	250	UND/DIA	Fechamento lateral de 10x10m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas			
24	50	UND/DIA	Púlpito - em Inox, madeira ou Acrílico Cristal virgem, 8mm e 5mm, tampo com 70cm de largura, 107cm de altura.			
25	500	M2/DIA	Arquibancada: Modular, contendo 05 degraus, com início do primeiro piso, começando do chão ou com altura de 1,20 metros do nível do chão, estrutura metálica tubular em ferro galvanizado com parede grossa, travamento em X, com corrimão e parapeito de no mínimo 1,10 metros de altura, escada de acesso, piso em compensado naval com chapa de 15mm de espessura, assentos com 50cm de largura em compensado naval de 15mm, montagem de acondo com capacidade dimensionada por platéia a razão de m³ por pessoa			
26	100	UND/DIA	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 2,50 de altura X 3,00m de largura, com bases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento.			
27	100	UND/DIA	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 5,00 de altura X 3,00 de largura, com bases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento			
28	30	UND/DIA	PÓRTICO: Estrutura de treliça em alumínio Q30, medindo 5,00 largura x 1,00 x 2,50 altura para pórtilco de largada /chegada, entrada/ saída para eventos, contendo cubos de interligação e conjunto de parafusos, porcas e arruelas.			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

29	30	UND/DIA	PÓDIO em madeira ou estrutura de metal, contendo 03 (três) colocações (de 1º ao 3º lugar), medindo 2,5m de comprimento X 1m de altura, para premiação			
30	1.000	ML/DIA	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-30 (0,30X0,30) para montagens diversas, metro linear.			
31	700	ML/DIA	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-15 (0,15X0,15) para montagens diversas, metro linear			
32	3.000	M2/DIA	PISO ESTRUTURADO, piso montado em estruturas tubulares de aço galvanizado e braçadeiras, forrados com tablados em módulos de 2,20X0,60, confeccionados em aço galvanizados e compensando naval (altura máxima do solo, 2,20m)			
33	3.000	M2/DIA	PRÁTICÁVEIS DE ALUMÍNIO, piso confeccionado em alumínio e forrado em compensado naval com módulos de 2,00X1,00m e pés de alumínio reguláveis com altura máxima de 1,40m.			
34	3.000	M2/DIA	PISO ELEVADO, em alumínio com chapas de madeira medindo 2,00X1,00m com chapa de compensado naval com perfeito alinhamento e nivelado.			
35	1.600	M2/DIA	PISO EASYFLOOR, Piso de 1,00 x 0,25m, com espessura de 3,5mm, encaixes tipo T reforçados com presilha, antiderrapante, proteção antifogo padrão UL, moldado em plástico Polipropileno de alta resistência e impacto e com encaixes intertravados			
36	4.000	M2/DIA	CARPETE, para acabamento de piso, nas cores cinza ou preto			
37	1.000	M2/DIA	TECIDO EM MALHA COM ELASTANO, lycra, na cor preta, para acabamento e cobertura de estruturas para que não fiquem aparentes.			
38	14.000	UND/DIA	GRADE DE ISOLAMENTO em aço galvanizado com medidas aproximadas entre 1,00 e 1,50m de altura X 2,00m de comprimento e travas de encaixe que facilitam na montagem e desmontagem			
39	400	UND/DIA	BARRICADA em chapa de aço reforçadas de aproximadamente 1,00X1,00m.			
40	500	UND/DIA	MESA quadrada para 04 lugares, em material plástico resistente, na cor branca, empilhável, estrutura em 100% polipropileno com tratamento anti-uv, monobloco com 4 pés, medindo 725mm de altura X 720mm de comprimento e 720mm de largura.			
41	4.000	UND/DIA	CADEIRA em material plástico monobloco empilhável, estrutura de 4 pés e sem braço. 100% em polipropileno virgem com tratamento anti-uv, com o encosto reforçado, capacidade para 120 à 140kg, medindo 890mm de altura X 510mm de comprimento e 430mm de largura, na cor branca			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
LOTE II						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
42	70	UND/DIA	Gerador 150 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização			
43	70	UND/DIA	Gerador 250 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
LOTE III						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
44	200	UND/DIA	Som pequeno porte – Sonorização composta por: - 02 caixas de média alta c/ 1200w e sistema linearray. - 01 mesa analógica de canais - 02 microfones com fio e pedestais - 01 duplo cd-player			
45	100	UND/DIA	Som especial – Sonorização composta por: digital de 48 canais c/ 16 auxiliares - 08 caixas de sub-grave c/2000w c/ 02 falantes de 18”cada - 08 caixas médias alta c/1200w e sistema linearray - 10 torres de delay c/ 02 caixas de 1200watts cada - 01 sistema de backline completo - 03 microfones s/fio UHF - 02 caixas de retorno de 800w no tripé para a missa - 06 caixas de retorno de 800w para as bandas - 01 mainpower para distribuição de energia - 01 sistema de transmissão s/ fio UHF p captar (incluindo montagem e desmontagem e operação).			
46	200	UND/DIA	Som médio porte – Sonorização composta por: de 12 canais com 2 auxiliares - 02 caixas de sub grave - 02 caixas de média alta - 02 caixas de monitor - 01 case com 02 aparelhos de CD e 01 mixer - 06 pedestais - 06 microfones - 01 microfone s/ fio - 01 sistema de AC p/ distribuição de energia, - 01 backline para banda de pequeno porte até 06 componentes (incluindo montagem e desmontagem e operação).			
47	150	UND/DIA	Iluminação de pequeno porte - contendo: 08 lâmpadas par 64 foco 05, 02 mini brut de 02 lâmpadas, 02 movinghead 575 spot, 01 mesa digital de 12 canais, 01 main power para distribuição de energia (incluindo montagem e desmontagem e operação).			
48	90	UND/DIA	Iluminação - contendo: - 36 refletores par 64 - 05 foco - 06 mini brut de 04 lâmpadas - 08 refletores elipsoidais - 24 par led de 3w - 04 strobos atomic-3000 - 12 movinghead 575 spot - 06 movinghead 575 wash - 16 refletores ACL - 01 mesa digital de 60 canais - 02 canhões seguidores de 1200 w - 01 mainpower p distribuição de energia - 01 grid de Q-30 necessário para a montagem da iluminação - 01 máquina de fumaça c/ ventilador, cabos e conexões necessários. (incluindo montagem e desmontagem e operação).			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

49	90	UND/DIA	Iluminação grande porte - 60 lâmpadas par 64 c/ foco 5 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 2 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 1 c/ 1000w cada, 3 racks digitais com 48 canais c/ capacidade de distribuição de 1500w p/ canal, 1 mesa digital com 40 canais, 2 máquinas de fumaça, 2 minis bruts (quadro composto de 4 lâmpadas 1000w p/ iluminar plateia), 10 set lights (iluminação especial p/ palco), 8 loco lights (lâmpadas de 1000w de foco fixo), gelatinas de diversas cores, e todo cabeamento necessário, (incluindo montagem e desmontagem e operação).			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta)dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM AVULSO						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
50	900	M2/DIA	Painel de Led – Telão de alta resolução (indoor) P5mm por metros, instalação e operação inclusa.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP ____				Nº ____/2023		
Validade da Proposta: 60(sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc.Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
LOTE IV						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
51	1.000	UND/DIA	Segurança (não armada) - segurança para guarda de equipamentos, duração de 12h.			
52	1.000	UND/DIA	Apoio - disponibilização de pessoal para apoio na realização do evento, na função de controle de entrada e saídas de camarins, palcos, tendas. pelo período de 6h.			
53	300	UND/DIA	Profissional de limpeza - Disponibilização de profissional capacitado e uniformizado para a realização de serviços de limpeza com material. pelo período de 6h.			
54	100	UND/DIA	Animação - Profissional devidamente qualificado para realizar todo o serviço correspondente a função de animação e entretenimento, pelo período de 6h			
55	100	UND/DIA	DJ - Disponibilização de profissional qualificado para a realização de serviços independente do tamanho do evento. pelo período de 6h.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBO E ASSINATURA DA PROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

LOTE I					
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL/ANUAL
1	160	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branco, medindo 4,00X4,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	R\$ 2.100,00	R\$ 336.000,00
2	100	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação metálica e lona na cor branca, medindo 6,00X6,00m, com piso de até 1,00m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.	R\$ 3.200,00	R\$ 320.000,00
3	50	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica em box de alumínio, coberto com armação em alumínio e lona branca uma agua ou duas aguas , medindo 8,00X6,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta	R\$ 6.400,00	R\$ 320.000,00
4	30	UND/DIA	PALCO/PALANQUE em estrutura metálica e/ou ferro, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 10,00X8,00m com piso de até 1,50m do chão e 02 pisos anexos laterais de 2,00X1,00m para PA, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo, forrado em carpete cinza e saialateral em lycra preta.	R\$ 9.307,50	R\$ 279.225,00
5	30	UND/DIA	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e/ou ferro, medindo 14,00X10,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 14X10m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backsstages anexas medindo 4,00X4,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix coberta com armação metálica e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	R\$ 16.750,00	R\$ 502.500,00
6	15	UND/DIA	PALCO DUAS ÁGUAS em estrutura metálica e em box de aluminio, coberto com armação em alumínio e lona branca, medindo 18,00X14,00m com até 2,00 do chão, coberto com armação de alumínio em formato de duas águas e lona medindo 18X14m, 02 torres de fly de 2,00X2,00 com até 9,00 de altura, 02 backsstages anexas medindo 6,00X6,00m na parte lateral traseira do palco, incluindo 01 escada com corrimão, guarda corpo e 01 housemix 2 anadres coberta com armação metálica piramidal e lona medindo 4,00X4,00m, com piso de até 0,25 do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	R\$ 24.000,00	R\$ 360.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

7	4	UND/DIA	PALCO/PALANQUE com piso em estrutura metálica e/ou ferro, montado em locais de alta complexidade semelhantes à escadaria frontal da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, medindo 16,00X8,00 com 1,5m de altura do chão com piso de até 02 níveis, coberto com armação metálica e lona branca com 02 fechamentos laterais de 8,00X3,00m, incluindo 01 escada com corrimão e guarda corpo em todo perímetro, 02 torres de PA de 2,00X1,00m, 06 torres de delay de 2,00X1,00m, 01 housemix medindo 3,00X3,00m com piso, coberta com armação metálica e lona branca com 03 fechamentos laterais de 3,00X2,50m, 02 fechamentos laterais de 3,00m e octonorm com 02 portas, 48m ² de piso palet nivelado, 02 torres para filmagem de 2,00X1,00 com até 1,50m de altura do chão, forrado em carpete cinza e saia lateral em lycra preta.	R\$ 18.000,00	R\$ 72.000,00
8	60	UND/DIA	CAMARIM - Camarim em octonorm medindo 4x4, coberto com tenda piramidal 5x5, piso em chapa de compensado naval medindo 4x4, forrado em carpete cinza, mobiliário contendo: 1 sofá de 3 lugares em couro branco, 2 puffs, 1 frigobar, 1 mesa com tampo de vidro e 4 cadeiras com estofado branco e pés cromados, 1 ar condicionado tipo janela de 12.000btus, iluminação e pontos de energia.	R\$ 3.500,00	R\$ 210.000,00
9	3.000	M2/DIA	OCATNORME - m ² de painéis TS em formicas frente e verso com perfis de	R\$ 150,00	R\$ 450.000,00
10	40	UND/DIA	HOUSE MIX medindo 4,00X4,00m com piso e cobertura em material tipo lona na cor branca.	R\$ 1.490,00	R\$ 59.600,00
11	50	UND/DIA	TORRE DE SEGURANÇA medindo 2,00X2,00m com cobertura em material tipo lona na cor branca	R\$ 990,00	R\$ 49.500,00
12	300	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 3X3m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 350,00	R\$ 105.000,00
13	300	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 4X4m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 600,00	R\$ 180.000,00
14	200	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 5X5m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	R\$ 625,00	R\$ 125.000,00
15	100	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 6X6m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixados ao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 683,33	R\$ 68.333,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

16	80	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 8X8m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixadosao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminadade PVC na cor branca com reforço em poliésterimpermeável c m black-out solar de alta resistência esoldas eletrostáticas.	R\$ 1.000,00	R\$ 80.000,00
17	100	UND/DIA	TENDA PIRAMIDAL medindo 10X10m, fabricadas em chapa de ferro tubular com soldas no sistema MIG, galvanizadas, com encaixes reforçados com parafusos, pés de sustentação em estrutura de chapa de ferro tubular com altura de 2,50m fixadosao solo por meio de estacas e cabos de estaqueamento e cobertura em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 1.500,00	R\$ 150.000,00
18	460	UND/DIA	Fechamento lateral de 3x3m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	R\$ 29,00	R\$ 13.340,00
19	460	UND/DIA	Fechamento lateral de 4x4m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas.	R\$ 41,50	R\$ 19.090,00
20	550	UND/DIA	Fechamento lateral de 5x5m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 42,50	R\$ 23.375,00
21	340	UND/DIA	Fechamento lateral de 6x6m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-outsolar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 60,00	R\$ 20.400,00
22	250	UND/DIA	Fechamento lateral de 8x8m, em lona laminada de PVC na corbranca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 68,00	R\$ 17.000,00
23	250	UND/DIA	Fechamento lateral de 10x10m, em lona laminada de PVC na cor branca com reforço em poliéster impermeável com black-out solar de alta resistência e soldas eletrostáticas	R\$ 74,00	R\$ 18.500,00
24	50	UND/DIA	Púlpito - em Inox, madeira ou Acrílico Cristal virgem, 8mm e 5mm, tampo com 70cm de largura, 107cm de altura.	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00
25	500	M2/DIA	Arquibancada: Modular, contendo 05 degraus, com início do primeiro piso, começando do chão ou com altura de 1,20 metros do nível do chão, estrutura metálica tubular em ferro galvanizado com parede grossa, travamento em X, com corrimão e parapeito de no mínimo 1,10 metros de altura, escada de acesso, piso em compensado naval com chapa de 15mm de espessura, assentos com 50cm de largura em compensado naval de 15mm, montagem de acondo com capacidade dimensionada por platéia a razão de m ³ por pessoa	R\$ 227,00	R\$ 113.500,00
26	100	UND/DIA	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 2,50 de altura X 3,00m de largura, com bases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento.	R\$ 1.240,00	R\$ 124.000,00
27	100	UND/DIA	BACK DROP (boxtruss alumínio) Q30, medindo aproximadamente 5,00 de altura X 3,00 de largura, com bases de sustentação, estacas e cabor de aço para estaqueamento	R\$ 1.555,00	R\$ 155.500,00
28	30	UND/DIA	PÓRTICO: Estrutura de treliça em alumínio Q30, medindo 5,00 largura x 1,00 x 2,50 altura para pórtico de largada /chegada, entrada/ saída para eventos, contendo cubos de interligação e conjunto de parafusos, porcas e arruelas.	R\$ 1.650,00	R\$ 49.500,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

29	30	UND/DIA	PÓDIO em madeira ou estrutura de metal, contendo 03 (três) colocações (de 1º ao 3º lugar), medindo 2,5m de comprimento X 1m de altura, para premiação	R\$ 485,00	R\$ 14.550,00
30	1.000	ML/DIA	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-30 (0,30X0,30) para montagens diversas, metro linear.	R\$ 79,00	R\$ 79.000,00
31	700	ML/DIA	TRELIÇA ALUMÍNIO Q-15 (0,15X0,15) para montagens diversas, metro linear	R\$ 65,00	R\$ 45.500,00
32	3.000	M2/DIA	PISO ESTRUTURADO, piso montado em estruturas tubulares de aço galvanizado e braçadeiras, forrados com tablados em módulos de 2,20X0,60, confeccionados em aço galvanizados e compensado naval (altura máxima do solo, 2,20m)	R\$ 63,75	R\$ 191.250,00
33	3.000	M2/DIA	PRÁTICÁVEIS DE ALUMÍNIO, piso confeccionado em alumínio e forrado em compensado naval com módulos de 2,00X1,00m e pés de alumínio reguláveis com altura máxima de 1,40m.	R\$ 100,00	R\$ 300.000,00
34	3.000	M2/DIA	PISO ELEVADO, em alumínio com chapas de madeira medindo 2,00X1,00m com chapa de compensado naval com perfeito alinhamento e nivelado.	R\$ 55,00	R\$ 165.000,00
35	1.600	M2/DIA	PISO EASYFLOOR, Piso de 1,00 x 0,25m, com espessura de 3,5mm, encaixes tipo T reforçados com presilha, antiderrapante, proteção antifogo padrão UL, moldado em plástico Polipropileno de alta resistência e impacto e com encaixes intertravados	R\$ 40,38	R\$ 64.608,00
36	4.000	M2/DIA	CARPETE, para acabamento de piso, nas cores cinza ou preto	R\$ 18,00	R\$ 72.000,00
37	1.000	M2/DIA	TECIDO EM MALHA COM ELASTANO, lycra, na cor preta, para acabamento e cobertura de estruturas para que não fiquem aparentes.	R\$ 20,00	R\$ 20.000,00
38	14.000	UND/DIA	GRADE DE ISOLAMENTO em aço galvanizado com medidas aproximadas entre 1,00 e 1,50m de altura X 2,00m de comprimento e travas de encaixe que facilitam na montagem e desmontagem	R\$ 19,00	R\$ 266.000,00
39	400	UND/DIA	BARRICADA em chapa de aço reforçadas de aproximadamente 1,00X1,00m.	R\$ 76,00	R\$ 30.400,00
40	500	UND/DIA	MESA quadrada para 04 lugares, em material plástico resistente, na cor branca, empilhável, estrutura em 100% polipropileno com tratamento anti-uv, monobloco com 4 pés, medindo 725mm de altura X 720mm de comprimento e 720mm de largura.	R\$ 6,50	R\$ 3.250,00
41	4.000	UND/DIA	CADEIRA em material plástico monobloco empilhável, estrutura de 4 pés e sem braço. 100% em polipropileno virgem com tratamento anti-uv, com o encosto reforçado, capacidade para 120 à 140kg, medindo 890mm de altura X 510mm de comprimento e 430mm de largura, na cor branca	R\$ 4,25	R\$ 17.000,00

Valor total: R\$ 5.499.421,00

TOTAL POR EXTENSO: CINCO MILHÕES E QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS E VINTE E UM REAIS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LOTE II					
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL/ANUAL
42	70	UND/DIA	Gerador 150 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização	R\$ 2.900,00	R\$ 203.000,00
43	70	UND/DIA	Gerador 250 KVA – gerador blimpado e estabilizado, com motor diesel arrefecido a água, filtro de óleo combustível separados de água e válvula de freno de óleo lubrificante incorporado. Motor de partida elétrico e alterador vcc, bateria montada na base do grupo gerador. período de 8h de utilização	R\$ 4.250,00	R\$ 297.500,00
Valor total: R\$ 500.500,00					
TOTAL POR EXTENSO:.. QUINHENTOS MIL E QUINHENTOS REAIS					

LOTE III					
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL/ANUAL
44	200	UND/DIA	Som pequeno porte – Sonorização composta por: - 02 caixas de média alta c/ 1200w e sistema linearray. - 01 mesa analógica de 06 canais - 02 microfones com fio e pedestais - 01 duplo cd-player	R\$ 2.500,00	R\$ 500.000,00
45	100	UND/DIA	Som especial – Sonorização composta por: - 01 mesa de som digital de 48 canais c/ 16 auxiliares - 08 caixas de sub-grave c/2000w c/ 02 falantes de 18”cada - 08 caixas médias alta c/1200w e sistema linearray - 10 torres de delay c/ 02 caixas de 1200watts cada - 01 sistema de backline completo - 03 microfones s/fio UHF - 02 caixas de retorno de 800w no tripé para a missa - 06 caixas de retorno de 800w para as bandas - 01 mainpower para distribuição de energia - 01 sistema de transmissão s/ fio UHF p captar (incluindo montagem e desmontagem e operação).	R\$ 16.199,90	R\$ 1.619.990,00
46	200	UND/DIA	Som médio porte – Sonorização composta por: - 01 mesa de som de 12 canais com 2 auxiliares - 02 caixas de sub grave - 02 caixas de média alta - 02 caixas de monitor - 01 case com 02 aparelhos de CD e 01 mixer - 06 pedestais microfones - 01 microfone s/ fio - 01 sistema de AC p/ distribuição de energia, - 01 backline para banda de pequeno porte até 06 componentes (incluindo montagem e desmontagem e operação).	R\$ 8.999,90	R\$ 1.799.980,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

47	150	UND/DIA	Iluminação de pequeno porte - contendo: 08 lâmpadas par 64 foco 05, 02 mini brut de 02 lâmpadas, 02 movinghead 575 spot, 01 mesa digital de 12 canais, 01 main power para distribuição de energia (incluindo montagem e desmontagem e operação).	R\$ 2.100,00	R\$ 315.000,00
48	90	UND/DIA	Iluminação - contendo: - 36 refletores par 64 foco 05 - 06 mini brut de 04 lâmpadas elipsoidais - 08 refletores - 24 par led de 3w - 04 strobos atomic-3000 - 12 movinghead 575 spot - 06 movinghead 575 wash - 16 refletores ACL UND/DIA - 01 mesa digital de 60 canais - 02 canhões seguidores de 1200 w - 01 mainpower p distribuição de energia - 01 grid de Q-30 necessário para a montagem da iluminação - 01 máquina de fumaça c/ ventilador, cabos e conexões necessários. (incluindo montagem e desmontagem e operação).	R\$ 6.500,00	R\$ 585.000,00
49	90	UND/DIA	Iluminação grande porte - 60 lâmpadas par 64 c/ foco 5 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 2 c/ 1000w cada, 30 lâmpadas par 64 c/ foco 1 c/ 1000w cada, 3 racks digitais com 48 canais c/ capacidade de distribuição de 1500w p/ canal, 1 mesa digital com 40 canais, 2 máquinas de fumaça, 2 minis bruts (quadro composto de 4 lâmpadas 1000w p/ iluminar plateia), 10 set lights (iluminação especial p/ palco), 8 loco lights (lâmpadas de 1000w de foco fixo), gelatinas de diversas cores, e todo cabeamento necessário, (incluindo montagem e desmontagem e operação).	R\$ 09.099,95	R\$ 818.995,50
Valor total: R\$ 5.638.965,50					
TOTAL POR EXTENSO: CINCO MILHÕES E SEISCENTOS E TRINTA E OITO MIL E NOVECENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS					

ITEM AVULSO						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				UNIT	TOTAL/ANUAL	
50	900	M2/DIA	Painel de Led – Telão de alta resolução (indoor) P5mm por metros, instalação e operação inclusa.	R\$ 600,00	R\$ 540.000,00	
Valor total: R\$ 540.000,00						
TOTAL POR EXTENSO: QUINHENTOS E QUARENTA MIL						



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

LOTE IV					
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL/ANUAL
51	1.000	UND/DIA	Segurança (não armada) - segurança para guarda de equipamentos, duração de 12h.	R\$ 245,00	R\$ 245.000,00
52	1.000	UND/DIA	Apoio - disponibilização de pessoal para apoio na realização do evento, na função de controle de entrada e saídas de camarins, palcos, tendas. pelo período de 6h.	R\$ 220,00	R\$ 220.000,00
53	300	UND/DIA	Profissional de limpeza - Disponibilização de profissional capacitado e uniformizado para a realização de serviços de limpeza com material. pelo período de 6h.	R\$ 209,50	R\$ 62.850,00
54	100	UND/DIA	Animação - Profissional devidamente qualificado para realizar todo o serviço correspondente a função de animação e entretenimento, pelo período de 6h	R\$ 420,00	R\$ 42.000,00
55	100	UND/DIA	DJ - Disponibilização de profissional qualificado para a realização de serviços independente do tamanho do evento. pelo período de 6h.	R\$ 620,00	R\$ 62.000,00
Valor total: R\$ 631.850,00					
TOTAL POR EXTENSO: SEISCENTOS E TRINTA E UM MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS					

VALOR TOTAL DOS LOTES e ITEM: R\$ 12.810.736,50

VALOR TOTAL POR EXTENSO: DOZE MILHÕES E OITOCENTOS E DEZ MIL E SETECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Secretaria Municipal de Governo

N.º ____/2023

A **Prefeitura Municipal de São Gonçalo**, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO**, nomeado(a) pela Portaria nº ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 202__ inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____-__ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento ____/202__, publicada no ____ de ____/____/202__, processo administrativo n.º **7.045/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOAL PARA ATENDER AOS PROJETOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ**, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico SRP nº ____/202__, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Un	<i>Prazo garantia ou validade</i>

3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. Por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO



CONTRATO Nº ____/2023

TERMO DE CONTRATO PARA LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOAL PARA ATENDER AOS PROJETOS E EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A _____.

Aos __ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2023 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE _____, o(a) Sr.(S^{ra}) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº _____, e do outro lado a _____, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a _____, nº. __ – _____ – _____/__, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **7.045/2023**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2023 assinam o presente Contrato, o qual se regerá nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, do Decreto Municipal nº 093, de 15 de março de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

- 1.1. Prestação de serviços de locação de infraestruturas e prestação de serviço de pessoal para atender aos projetos e eventos do município de São Gonçalo – RJ.
- 1.2. O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 57, II da Lei nº 8.666/1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Obrigações da Contratada:



- 2.1.1. A Contratada compromete-se a que até a data prevista para assinatura do Contrato, apresentar a Planilha de Composição dos Preços propostos.
- 2.1.2. A Contratada compromete-se a dar total garantia quanto à qualidade do(s) serviços(s) executado(s);
- 2.1.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução;
- 2.1.4. Executar o objeto de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência;
- 2.1.5. Comunicar, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas que antecedam o evento, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;
- 2.1.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;
- 2.1.7. Apresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is) discriminando o(s) serviços(s) executado(s) e respectivo(s) preço(s), e acompanhada da Ordem de Serviço, devidamente atestada;
- 2.1.8. Deve manter, durante todo prazo de execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, o que será observado, quando dos pagamentos;
- 2.1.9. Obriga-se a atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto do Termo de Referência.
- 2.1.10. A CONTRATADA deverá fornecer o nome de dos representantes da empresa para sanar quaisquer problemas que venham a ocorrer durante o evento.

2.2. Obrigações da Contratante:

- 2.2.1. Enviar o esboço do evento dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;
- 2.2.2. Providenciar o acesso da equipe da Contrata aos eventos;
- 2.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 2.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada, notificando a esta por meio formal;
- 2.2.5. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 2.2.6. Notificar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades encontradas no serviço.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrão a conta do Programa de Trabalho nº XXXX.XXX.XXXX.X.XXX, Código de Despesa nº X.X.XX.XX.XX e Fonte de Recursos nº XX.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O Regime de Execução do serviço objeto da presente contratação será de Empreitada por Preço Unitário.

4.2. A requisição para pagamento será apresentada pela Contratada, ao final de cada mês, de acordo com os serviços executados.

4.3. Somente após aprovação da fiscalização e devido atesto da Nota Fiscal das parcelas executadas, será autorizada a emissão do faturamento.

4.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, conforme art. 40º da Lei 8.666/93.

4.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota Fiscal atestada, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.5. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão Contratante atestar o recebimento definitivo do(s) serviço(s).

4.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da Ordem de Serviço, comprovação da Regularidade Fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.6.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes ao serviço, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.9. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



4.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

4.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

4.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

4.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

4.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de 12 (doze) meses.

5.2. Após o período de 12 (doze) meses, e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. Fica admitida a subcontratação desde que não seja para os aspectos principais do objeto. Devendo ainda a subcontratada demonstrar o atendimento a todas as condições de habilitação constantes no Termo



de referência.

6.2. A subcontratação não poderá trazer prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da contratada.

6.3. A subcontratação deverá ser autorizada por meio documentado pela Contratante.

6.4. Qualquer empresa subcontratada deverá ser previamente aceita pela Contratante, conforme pedido formal, e deverá indicar os motivos pelos quais se faz necessária, bem como conter a relação da parte que será Subcontratada.

6.5. A Subcontratada deverá comprovar todas as condições de habilitação e qualificação previstas para as licitantes, e mantê-la ao longo do contrato.

6.6. Qualquer subcontratação feita sem autorização da Contratante será nula e sem efeito, sendo passível de infração e culminações legais e contratuais cabíveis.

6.7. Em caso de Subcontratação a empresa Contratada permanecerá integral e exclusivamente a única responsável tanto em relação a Contratante, quanto diante de Terceiros.

6.8. Fica a Contratante autorizada a solicitar, e a Contratada obrigada a atender prontamente a solicitação de substituição da Subcontratada caso esta não atenda aos dispositivos do Termo de Referência, não podendo tal fato justificar eventuais erros no fornecimento.

6.9. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da proposta do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração passível de sanção o licitante/ adjudicatário que



- h) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- i) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- j) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- k) não mantiver a proposta;
- l) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- m) comportar-se de modo inidôneo ou
- n) cometer fraude fiscal.

8.2. Nos casos acima ficará o licitante/ adjudicatário impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.3. Nos casos omissos no subitem anterior e conforme discricionariedade da administração pública, serão aplicadas as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93.

8.4. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela Contratada, o Município aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93:

- 8.4.1. Advertência escrita;
- 8.4.2. Multa;
- 8.4.3. Suspensão temporária;
- 8.4.4. Declaração de inidoneidade;

8.5. Advertência por escrito, quando a Contratada infringir obrigações ajustadas no Contrato e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela Fiscalização, prazo à Contratada para sanar as irregularidades.

8.6. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato:

8.6.1. A Comissão ou servidores especialmente designados serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pelo serviço a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.6.2. A multa a que se referem os artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

8.6.3. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

8.6.4. Por inexecução total ou parcial;

8.6.5. No caso de atraso de até 1 (uma) hora, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação;

8.6.6. No caso de atraso a partir de 1 (uma) hora, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por hora transcorrida de atraso.



8.7. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa:

8.7.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, quando a Contratada, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

8.7.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a Contratada sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

8.7.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

8.7.4. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à Contratada, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

8.7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua não aplicabilidade por ato formal da Secretaria Gestora do contrato.

8.7.6 Se os valores das multas referidas nas cláusulas anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela Contratada, no prazo estipulado na cláusula 8.7.4, será promovido o desconto do valor devido descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

8.8. A imposição de qualquer penalidade não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

8.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela Comissão de Fiscalização, submetido obrigatoriamente à autorização da autoridade competente da Contratada.

8.10. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o Município De São Gonçalo, por prazo não superior a 02 (dois) anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

8.11. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou Contratada de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.

8.12. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou Contratada será encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo, para apreciação, antes de a decisão ser publicada.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

9.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

9.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.



9.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

10.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

10.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da Secretaria Municipal de Governo, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

10.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

10.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

10.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. A Administração Municipal, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O prazo para o início dos serviços, que será considerada a entrega do Planejamento, será de 03 (três) dias úteis contados a partir da Ordem de Início, expedida pela Secretaria Municipal de Governo, mediante envio do Esboço.

12.2. A parcela dos serviços executada (evento realizado) será recebida provisoriamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, no Contrato.

12.2.1. Serão avaliados os seguintes aspectos:

- g) Chegada no local do evento no horário correto;
- h) Entrega e montagem de todos os itens descritos no Planejamento;



- i) Montagem correta, não ocorrendo nenhum acidente ou eminência de acidente;
- j) Bom funcionamento de todos os itens durante todo o evento;
- k) Desmontagem e retirada dos itens dentro do planejado;
- l) Conformidade dos demais aspectos determinantes para o bom andamento do evento.

12.3. A parcela dos serviços executada será recebida definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da execução total do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e atesto da(s) nota(s)/ fatura(s) pelo(s) fiscal(is) do contrato.

12.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento provisório não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como executada a parcela do serviço, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

12.6. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

12.7. Somente serão aceitas e enviadas para processo de pagamento as Notas Fiscais acompanhadas da respectiva Ordem de Serviço e devidamente atestadas pelo responsável pela fiscalização e que espelhem o exposto na referida Ordem de Serviço.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização da presente contratação será exercida por pelo menos 02 (dois) servidores públicos lotados nesta Secretaria Municipal de Governo, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo darão ciência à Administração;

13.2. Os fiscais anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do produto inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.2. É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

15.3. O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____